



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR

CEP 35875-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 472/2005

Cria o Conselho Municipal do Idoso de Morro do Pilar, e dá outras providências.

O Povo do Município de Morro do Pilar/MG, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o conselho Municipal do Idoso de Morro do Pilar-CMI, de caráter permanente, paritário, deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o poder Público e a sociedade civil, consoante os princípios personalizados pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Parágrafo único - O CMI está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Compete ao CMI:

I - zelar pela efetiva participação popular, por meio de organizações representativas, nos planos e programas de atendimento ao idoso;

II - oferecer assessoria direta ao Poder Executivo nas questões e matérias relacionadas com o idoso no que se refere à defesa de seus direitos;

III - fazer proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação municipal referente à política de atendimento ao idoso;

IV - promover campanhas de formação da opinião pública em relação aos direitos assegurados ao idoso;

V - promover a integração entre as entidades sociais e os órgãos públicos e buscar mecanismos que valorizem a pessoa idosa;

VI - apoiar ou realizar, com a participação de organizações governamentais e não governamentais, as seguintes atividades;

- a) Organizar palestras, bem como promover eventos de entretenimento e confraternização, de forma que possa facilitar a integração e o convívio dos idosos com a família, com outras gerações e com a sociedade;
- b) Zelar pelo fortalecimento de vínculos familiares do idoso, priorizando a família em relação ao atendimento asilar;
- c) Promover campanhas esclarecedoras, com a finalidade de evitar que o idoso seja vítima de maus-tratos ou quaisquer formas de violência;
- d) Estabelecer programas de assistência social de forma a garantir recursos financeiros ao idoso que comprove não possuir meios de promover a própria subsistência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR

CEP 35875-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- e) Promover a integração entre as instituições privadas, para que estas se organizem na defesa dos direitos da pessoa idosa;
- VII – avaliar e fiscalizar, por meio de acompanhamento, o repasse e aplicação dos recursos aos programas de atendimento ao idoso, oriundos de qualquer nível governamental ou entidade;
- VIII – fiscalizar as ações desenvolvidas por entidades governamentais e não-governamental no âmbito do atendimento ao idoso;
- IX – sugerir o local para instalação dos centros de lazer e de amparo ao idoso, no município;
- X – promover a criação de cursos de alfabetização e oficinas de cultura destinados a idoso;
- XI – promover o atendimento médico diferenciado e preferencial ao idoso;
- XII – propor às instituições de ensino profissional e superior a criação de comissões de integração, mediante contrato, convênio ou instrumento afim, com o objetivo de sugerir prioridades, métodos e estratégias para formação e educação continuada dos recursos humanos necessários ao amparo e atendimento ao idoso;
- XIII – promover a realização de seminários, simpósios e conferências para discussão e solução dos problemas que afetam o idoso;
- XIV – fiscalizar a obrigatoriedade de concessão de desconto de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, de lazer e a garantia de acesso preferencial aos respectivos locais;
- XV – esclarecer a qualquer cidadão e às instituições relacionadas à proteção e atendimento à pessoa idosa, sobre a legislação que a ampara, visando garantir a sua fiel aplicabilidade;
- XVI – promover o esclarecimento aos idosos, quanto aos seus direitos como cidadãos, garantindo-lhes o acesso à Justiça e a orientação jurídica gratuita necessária;
- XVII – promover o bem de todos os idosos, repudiando quaisquer formas de preconceito e discriminação existentes relacionadas a sua origem, condição social, raça, sexo, cor e idade, nos termos do art. 3º, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- XVIII – representar sobre ilegalidade, omissão ou abuso de poder cometidos contra a pessoa idosa;
- XIX – receber denúncias e quaisquer representações referentes ao descumprimento da legislação específica de amparo ao idoso e tomar as providências cabíveis;
- XX – zelar pelo cumprimento do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – bem como por qualquer legislação específica de amparo ao idoso;
- XXI – elaborar e aprovar o regimento interno;
- XXII – examinar outros assuntos relativos a sua área de competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR

CEP 35875-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 3º - O CMI será composto de 10 (dez) membros, com seus respectivos suplentes, designados pelo Chefe do Poder Executivo para o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, assim discriminados:

- I - Secretário Municipal de Assistência Social, que o presidirá;
- II - Secretário Municipal de Saúde;
- III - 1 (um) representante da Secretária Municipal da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer ;
- IV - 1 (um) representante do órgão da Vigilância Sanitária;
- V - 1 (um) representante do Poder Legislativo;
- VI - 5 (cinco) representantes de entidades não-governamentais com finalidade assistencial.

§ 1º - Será dispensado do CMI o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 2º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 3º - No término do mandato do Prefeito Municipal ou da substituição deste, por qualquer motivo, os representantes por ele designados permanecerão no exercício das funções até as novas designações.

§ 4º - As funções dos membros do CMI não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à comunidade.

Art. 4º - O CMI reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º - As sessões plenárias do CMI somente serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 2º - Ocorrendo falta de **quorum** mínimo para instalação do plenário, automaticamente será convocada nova sessão, que acontecerá setenta e duas horas depois.

§ 3º - Cada membro terá direito a um voto.

§ 4º - O Presidente terá, além do voto comum, o de qualidade, assim como a prerrogativa de deliberar **ad referendum** do plenário.

Art. 5º - Nos seus impedimentos, o presidente será substituído pelo Secretário do CMI, indicado na forma regimental.

Art. 6º - O CMI poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos, nacionais e estrangeiros, para colaborarem em estudos e participar das comissões instituídas no âmbito do próprio CMI, sob coordenação de um de seus membros.

Art. 7º - A organização e o funcionamento do CMI serão disciplinados em seu regimento interno.

Art. 8º - As deliberações do Conselho produzirão efeito a partir da publicação das resoluções correspondentes, na forma estabelecida pela Lei Orgânica Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR

CEP 35875-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 9º - Os órgãos e entidades referidos no art. 3º indicarão, em 30 (trinta) dias, a partir da vigência desta Lei, os nomes dos representantes, titulares e suplentes, junto ao CMI.

Art. 10 – O Chefe do Executivo Municipal instalará o Conselho Municipal do Idoso e dará posse ao Presidente e aos demais membros indicados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único – Nos 30 (trinta) dias subsequentes a sua instalação, o Conselho elaborará e aprovará seu regimento interno.

Art. 11 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Morro do Pilar, 05 de Dezembro de 2005.

Christian Vieira de Matos
Prefeito Municipal

